



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

## MANHÃ

### AUDITOR TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Prova Escrita Objetiva - Nível Superior Tipo 1-BRANCA



#### SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



#### TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



#### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



#### INFORMAÇÕES GERAIS

# 3

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

**Boa sorte!**



## LÍNGUA PORTUGUESA

Todas as questões desta prova se relacionam a fatos da cultura popular brasileira; os textos foram particularmente aproveitados para questões de compreensão e interpretação de texto e para a verificação da competência de escrita culta em nossa língua.

### 1

No livro *Contos Fluminenses*, Machado de Assis faz a seguinte observação sobre a briga de galos: “A briga de galos é o Jockey Club dos pobres”.

Dessa afirmação, pode-se inferir que:

- (A) a briga de galos servia de diversão e de local de apostas;
- (B) o Jockey Club era local frequentado por todas as classes;
- (C) a briga de galos era proibida, assim como hoje;
- (D) locais de jogos a dinheiro não eram bem-vistos;
- (E) a metáfora da frase se apoia nas ações semelhantes entre galos e cavalos.

### Texto 1

Machado de Assis, em *Diálogos e reflexões de um relojoeiro*, alude ao Carnaval na seguinte frase: “Carnaval à porta. Já lhe ouço os guisos e tambores. Aí vem o carro das ideias... felizes ideias que durante três dias andais de carro! O resto do ano ides a pé, ao sol ou à chuva, ou ficais no tinteiro, que é ainda o melhor dos abrigos”.

### 2

Esse trecho do texto 1 pode ser dividido em dois segmentos, divisão marcada pelas reticências; o segundo segmento mostra a seguinte mudança em relação ao primeiro:

- (A) do passado para o presente;
- (B) da linguagem lógica para a figurada;
- (C) do texto descritivo para o narrativo;
- (D) da visão geral para a individual;
- (E) do otimismo para o pessimismo.

### 3

“Aí vem o carro das ideias... felizes ideias que durante três dias andais de carro! O resto do ano ides a pé, ao sol ou à chuva, ou ficais no tinteiro, que é ainda o melhor dos abrigos.”

Como o escritor que é, Machado de Assis, ao falar-nos das ideias, só NÃO diz aos leitores que:

- (A) as ideias só ganham vida através dos textos;
- (B) nem todas as ideias são veiculadas;
- (C) as ideias ora são bem tratadas, ora maltratadas;
- (D) em alguns casos, não é aconselhável verbalizar as ideias;
- (E) as ideias são veiculadas em textos cultos ou populares.

### 4

“O conto-do-vigário é o mais antigo gênero de ficção que se conhece. A rigor, pode-se crer que o discurso da serpente, induzindo Eva a comer o fruto proibido, foi o texto primitivo do conto.”

Nesse segmento de uma crônica machadiana de *A Semana*, Machado de Assis cita o discurso da serpente como:

- (A) um exemplo de conto-do-vigário;
- (B) a fonte primeira de todos os contos-do-vigário;
- (C) o gênero de ficção mais antigo que se conhece;
- (D) o texto primitivo de indução para o mal;
- (E) um caso raro de ficção em texto religioso.

### 5

“As cantigas de roda, também conhecidas como cirandas são brincadeiras que consistem na formação de uma roda, com a participação de crianças, que cantam músicas de caráter folclórico, seguindo coreografias. São muito executadas em escolas, parques e outros espaços frequentados por crianças. As músicas e coreografias são criadas por anônimos, que adaptam músicas e melodias. Transmitidas oralmente, as letras das músicas são simples e trazem temas do universo infantil.” (Suapesquisa.com)

O primeiro período desse segmento exemplifica um tipo de texto denominado *definição*; no caso da definição de *cantiga de roda*, NÃO faz parte de sua estrutura:

- (A) outro vocábulo que também designa a mesma realidade;
- (B) um vocábulo de significação geral em que se encaixa a realidade definida;
- (C) componentes que formam a palavra definida;
- (D) especificidades do termo definido;
- (E) informações de caráter histórico sobre o vocábulo definido.

Texto 2 – Voz do Povo, Voz de Deus

“O *vox populi, vox Dei* parece referir-se à opinião pública, ao consenso da cidade, unânime ou em matéria decisiva num determinado julgamento. Vale a sentença ditada pela coletividade.

Creio tratar-se de outra origem, mais diretamente ligada a um processo de consulta divina sendo o povo o oráculo, a pítia da transmissão.

Hermes, o Mercúrio de Roma, possuía em Acaia, ao norte do Peloponeso, um templo onde se manifestava, respondendo as consultas dos devotos pela singular e sugestiva fórmula das vozes anônimas. Purificado o consulente, dizia em sussurro ao ouvido do ídolo o seu desejo secreto, formulando a súplica angustiada. Erguia-se, tapando as orelhas com as mãos, e vinha até o átrio do templo, onde arredava os dedos, esperando ouvir as primeiras palavras dos transeuntes.

Essas palavras eram a resposta do oráculo, a decisão do deus. *Vox populi, vox Dei*, na sua expressiva legitimidade.” (Coisas que o povo diz, Luís da Câmara Cascudo)

**6**

A principal finalidade do texto 2 é:

- (A) informar o leitor sobre os diversos significados da expressão *vox populi, vox Dei*;
- (B) mostrar a relação direta da expressão latina *vox populi, vox Dei* com a mitologia clássica, justificando o emprego do latim;
- (C) indicar o significado e a origem correta da expressão *vox populi, vox Dei*;
- (D) esclarecer o leitor sobre uma origem improvável da expressão *vox populi, vox Dei*;
- (E) explicar, de forma mais adequada, o porquê de na expressão citada haver a referência a duas vezes, a do povo e a de Deus.

**7**

Para a adequada leitura de um texto, o leitor deve colaborar com o seu conhecimento de mundo, sem o qual torna-se impossível a leitura.

No texto 2, uma das referências culturais corretamente explicada é:

- (A) “Hermes, o Mercúrio de Roma” – referência a dois nomes do mesmo deus mitológico, na Grécia e em Roma;
- (B) “tapando as orelhas com as mãos” – ação praticada pela necessidade de conservar as palavras do deus no interior da mente;
- (C) “parece referir-se à opinião pública, ao consenso da cidade” – referência ao fato de só participarem das eleições os habitantes dos centros urbanos;
- (D) “...parece referir-se à opinião pública, ao consenso da cidade, unânime ou em matéria decisiva num determinado julgamento” – alusão à existência, desde tempos muito antigos, do tribunal do júri, com participação popular;
- (E) “Purificado o consulente” – indicação da presença do hábito cristão da confissão dos pecados antes do contato com a divindade.

**8**

Observemos a seguinte frase do texto 2, com o emprego adequado de gerúndio:

“Hermes, o Mercúrio de Roma, possuía em Acaia, ao norte do Peloponeso, um templo onde se manifestava, respondendo as consultas dos devotos”

O correto emprego do gerúndio mostra que ele deve ser usado na indicação de ações cronologicamente simultâneas com as ações da oração anterior.

A frase abaixo que mostra correto emprego do gerúndio é:

- (A) O consulente entrou no templo, ocupando o primeiro banco;
- (B) Os consulentes abandonaram o templo, perdendo-se de vista;
- (C) Os sacerdotes discutiam a sentença, comendo no átrio;
- (D) O pecador fez o pedido, recebendo o oráculo a seguir;
- (E) O homem ajoelhou-se, implorando ajuda.

**9**

“Purificado o consulente, dizia em sussurro ao ouvido do ídolo o seu desejo secreto, formulando a súplica angustiada.”

Como o gerúndio é empregado predominantemente com valor adverbial, o valor dessa forma verbal, nesse exemplo, é o de:

- (A) gerúndio temporal;
- (B) gerúndio condicional;
- (C) gerúndio concessivo;
- (D) gerúndio explicativo;
- (E) gerúndio modal.

Texto 3 – Festa de São João

“Apesar de ter se tornado característica do Nordeste brasileiro, as festas juninas tiveram origem na Europa. Na Antiguidade, no hemisfério norte, várias celebrações pagãs aconteciam durante o solstício de verão. Essa importante data astronômica marca o dia mais longo e a noite mais curta do ano, o que ocorre nos dias 21 ou 22 de junho naquele hemisfério. Diversos povos da Antiguidade, como os celtas e os egípcios, aproveitavam a ocasião para organizar rituais em que pediam fartura nas colheitas.

Com o passar dos anos, quando o catolicismo foi se tornando religião predominante na região, foram incorporadas algumas festas pagãs, que tomaram caráter religioso e ajudavam a propagar a fé. Essas festas, então, passaram a se chamar “joaninas”, em homenagem a São João. A tradição chegou ao Brasil com os portugueses.” (*Rumo da Fé*, maio de 2021)

**10**

Vários segmentos do texto 3 foram reescritos; a opção em que a reescritura foi feita de forma adequada é:

- (A) “Apesar de ter se tornado característica do Nordeste brasileiro, as festas juninas tiveram origem na Europa.” / Sem que se tivessem tornado característica do Nordeste brasileiro, as festas juninas tiveram origem na Europa;
- (B) “Na Antiguidade, no hemisfério norte, várias celebrações pagãs aconteciam durante o solstício de verão.” / Durante o solstício de verão, no hemisfério norte, na Antiguidade, celebrações várias aconteciam;
- (C) “Diversos povos da Antiguidade, como os celtas e os egípcios, aproveitavam a ocasião para organizar rituais...” / Povos diversos da Antiguidade aproveitavam a ocasião para organizar rituais, como os celtas e os egípcios;
- (D) “Com o passar dos anos, quando o catolicismo foi se tornando religião predominante na região, foram incorporadas algumas festas pagãs...” / Quando o catolicismo foi se tornando religião predominante na região, foram incorporadas, com o passar dos anos, algumas festas pagãs;
- (E) “Essa importante data astronômica marca o dia mais longo e a noite mais curta do ano, o que ocorre nos dias 21 ou 22 de junho naquele hemisfério.” / Naquele hemisfério, essa importante data astronômica marca o dia mais longo e a noite mais curta do ano, o que ocorre nos dias 21 ou 22 de junho.

**11**

“Com o passar dos anos, quando o catolicismo foi se tornando religião predominante na região, foram incorporadas algumas festas pagãs, que tomaram caráter religioso e ajudavam a propagar a fé.”

Por esse segmento do texto 3, o leitor toma conhecimento de que:

- (A) a implantação do cristianismo resultou na extinção completa dos cultos pagãos;
- (B) a doutrina católica só veio a implantar-se de forma definitiva na região porque se aproveitou dos mitos conhecidos;
- (C) alguns temas pagãos foram aproveitados pelo catolicismo porque ajudavam na propagação da fé cristã;
- (D) o cristianismo trouxe religiosidade às festas juninas, que antes possuíam caráter meramente de diversão;
- (E) as festas pagãs desapareceram do calendário, sendo completamente esquecidas.

**12**

Numa das crônicas de Machado de Assis, ele mostra os seguintes versos sobre a capoeira:

“Na brasileira linguagem, / Essa nacional usança: / Chama-se capoeiragem; / É uma espécie de dança.”

No romance *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, há uma passagem em que se relata a luta entre um capoeirista brasileiro e um imigrante português; o segmento dessa passagem do romance em que o narrador mostra a capoeira como uma dança é:

- (A) “...respondeu Firmo, frente a frente; agora avançando e recuando, sempre com um dos pés no ar, e bamboleando todo o corpo e meneando os braços, como preparado para agarrá-lo.”;
- (B) “...o cabra, porém, deixou-se cair de costas, rapidamente, firmando-se nas mãos o corpo suspenso, a perna direita levantada; e o soco passou por cima, varando o espaço, enquanto o português apanhava no ventre um pontapé inesperado.”;
- (C) “O outro erguera-se logo e, mal se tinha equilibrado, já uma rasteira o tombava para a direita, enquanto da esquerda ele recebia uma taponna na orelha. Furioso, desferiu novo soco, mas o capoeira deu para trás um salto de gato e o português sentiu um pontapé nos queixos.”;
- (D) “Espirrou-lhe sangue da boca e das ventas. Então fez-se um clamor medonho. As mulheres quiseram meter-se de permeio, porém o cabra as emborcava com rasteiras rápidas, cujo movimento de pernas apenas se percebia.”;
- (E) “Nisto, ecoou na estalagem um bramido de fera enraivecida: Firmo acabava de receber, sem esperar, uma formidável cacetada na cabeça. É que Jerônimo havia corrido à casa e armara-se com o seu varapau minhoto.”

**Texto 4 – A Quadrilha**

“A quadrilha, também conhecida como quadrilha junina, quadrilha caipira ou quadrilha matuta é um estilo de dança folclórica coletiva típica das festas juninas brasileiras. Que acontecem, geralmente, nos meses de Junho e Julho em todas as regiões do Brasil, principalmente no Nordeste. Por isso, as apresentações de quadrilha fazem referências a cultura nordestina, por exemplo, a caracterização do homem do campo, do caipira ou do matuto.

No entanto, a quadrilha é de origem francesa. Dessa forma, a ‘quadrille’ surgiu em Paris, no século XVIII. Ademais, era uma dança de salão composta por quatro casais, no entanto, era uma dança da elite europeia. Antes de chegar à França, a dança pertencia aos ingleses, onde era conhecida como ‘contredanse’, cuja origem vinha dos camponeses no século XIII. Depois, se difundiu por toda Europa.

Em suma, foi trazida ao Brasil, para a cidade do Rio de Janeiro durante o período da Regência, em 1830, logo, se popularizando em todo o país.” (Segredos do Mundo, 01/04/2021. Adaptado)

**13**

No primeiro parágrafo do texto 4 há uma série de incorreções gramaticais e textuais. Em cada opção abaixo foi corrigida uma dessas imperfeições; aquela em que foi feita uma correção indevida é:

- (A) “A quadrilha, também conhecida como quadrilha junina, quadrilha caipira ou quadrilha matuta, é um estilo de dança folclórica coletiva típica das festas juninas brasileiras” / faltava uma vírgula após “matuta”;
- (B) “...é um estilo de dança folclórica coletiva típica das festas juninas brasileiras, que acontecem, geralmente, nos meses de Junho e Julho em todas as regiões do Brasil...” / não deveria haver ponto, mas sim uma vírgula após “brasileiras”;
- (C) “...é um estilo de dança folclórica coletiva típica das festas juninas brasileiras. Que acontece, geralmente, nos meses de Junho e Julho em todas as regiões do Brasil...” / a forma verbal “acontecem” deveria estar no singular, concordando com “dança folclórica”;
- (D) “...é um estilo de dança folclórica coletiva típica das festas juninas brasileiras. Que acontecem, geralmente, nos meses de junho e julho em todas as regiões do Brasil...” / os nomes dos meses são grafados com letra inicial minúscula;
- (E) “Por isso, as apresentações de quadrilha fazem referências à cultura nordestina...” / faltava o acento grave da crase.

**14**

No texto 4, o conector sublinhado que está adequadamente empregado é:

- (A) “No entanto, a quadrilha é de origem francesa.”;
- (B) “Dessa forma, a ‘quadrille’ surgiu em Paris, no século XVIII.”;
- (C) “...no entanto, era uma dança da elite europeia.”;
- (D) “Antes de chegar à França, a dança pertencia aos ingleses, onde era conhecida como ‘contredanse’...”;
- (E) “Em suma, foi trazida ao Brasil, para a cidade do Rio de Janeiro durante o período da Regência, em 1830...”.

**Texto 5 – História da lenda do Bumba meu boi**

“No nordeste, a história do Bumba meu boi foi inspirada na lenda da Mãe Catirina e do Pai Francisco (Chico).

Nessa versão, Mãe Catirina e Pai Francisco são um casal de negros trabalhadores de uma fazenda. Quando Mãe Catirina fica grávida, ela tem desejo de comer a língua de um boi.

Empenhado em satisfazer a vontade de Catirina, Chico mata um dos bois do rebanho, que, no entanto, era um dos preferidos do fazendeiro.

Ao notar a falta do boi, o fazendeiro pede para que todos os empregados saiam em busca dele.

Eles encontram o boi quase morto, mas com a ajuda de um curandeiro ele se recupera. Noutras versões, o boi já está morto e com o auxílio de um pajé, ele ressuscita.

A lenda, dessa maneira, está associada ao conceito de milagre do catolicismo ao trazer de volta o animal. Ao mesmo tempo, mostra a presença de elementos indígenas e africanos, tal como a cura pelo pajé ou curandeiro e a ressurreição.

A festa do Bumba meu boi é celebrada para comemorar esse milagre.”

**15**

O texto 5, em termos de predominância quase absoluta, deve ser classificado como:

- (A) descritivo;
- (B) narrativo;
- (C) dissertativo-expositivo;
- (D) dissertativo-argumentativo;
- (E) injuntivo.

**16**

O primeiro parágrafo do texto 5 está na voz passiva com auxiliar: “No nordeste, a história do Bumba meu boi foi inspirada na lenda da Mãe Catirina e do Pai Francisco (Chico).”

Dizem alguns estudiosos, porém, que, em se tratando de um sujeito representado por nome de coisa (a história do Bumba meu boi), mais adequada seria a passiva pronominal.

Nesse caso, a nova forma adequada seria:

- (A) No nordeste, inspiraram a história do Bumba meu boi na lenda da Mãe Catirina e do Pai Francisco (Chico);
- (B) No nordeste, a história do Bumba meu boi teve sua inspiração na lenda da Mãe Catirina e do Pai Francisco (Chico);
- (C) Inspiraram-se, no nordeste, a história do Bumba meu boi na lenda da Mãe Catirina e do Pai Francisco (Chico);
- (D) No nordeste, a história do Bumba meu boi inspirou-se na lenda da Mãe Catirina e do Pai Francisco (Chico);
- (E) No nordeste, a história do Bumba meu boi é de inspiração na lenda da Mãe Catirina e do Pai Francisco (Chico).

**17**

“Empenhado em satisfazer a vontade de Catirina, Chico mata um dos bois do rebanho, que, no entanto, era um dos preferidos do fazendeiro.”

Nesse segmento do texto 5 há uma relação vocabular correta, ao escrever-se “um dos bois do rebanho”, já que “rebanho” é o vocábulo coletivo adequado para “boi”.

A opção abaixo em que o emprego do coletivo é INADEQUADO é:

- (A) uma das abelhas do enxame;
- (B) um dos mosquitos da nuvem;
- (C) um dos elefantes da manada;
- (D) uma das cabras do fato;
- (E) um dos porcos do chiqueiro.

**18**

Todo o texto 5 emprega o presente do indicativo, em lugar do pretérito perfeito, como é mais comum nesse tipo de texto.

A provável finalidade do autor do texto 5 é:

- (A) mostrar uma nova possibilidade de contar uma história;
- (B) causar impacto no leitor, pela originalidade;
- (C) trazer mais dinamismo ao que é narrado;
- (D) tornar a história mais moderna;
- (E) indicar os fatos de forma mais popular.

**19**

A história do texto 5 se encerra com o fato de o boi ressuscitar; esse é o fim da história porque:

- (A) nesse ponto, não há mais o que relatar;
- (B) nada há de mais interessante e atrativo a dizer;
- (C) os fatos relatados completam um ciclo na história;
- (D) se completa a vida do personagem “boi”;
- (E) terminam os acontecimentos verossímeis.

**20**

Numa das crônicas de *A Semana*, Machado de Assis declara: “Duas coisas contrárias podem ser verdadeiras e até legítimas, conforme a zona. Eu, por exemplo, execro o mate chimarrão; os nossos irmãos do Rio Grande do Sul acham que não há bebida mais saborosa neste mundo”.

Todos os pensamentos abaixo mostram oposições; a frase do mesmo Machado que comprova o pensamento de que “Duas coisas contrárias podem ser verdadeiras e até legítimas...” é:

- (A) “Os maus, no fim de conta, são dignos de lástima, por serem tão fracos que não possam ser bons”;
- (B) “Todas as carreiras são boas, exceto a do pecado”;
- (C) “O louvor, a censura fazem-se em poucas palavras”;
- (D) “O chá é o único parceiro digno do café”;
- (E) “O carvão é a riqueza; o diamante é o supérfluo”.

## CONTROLE EXTERNO

**21**

Maria, servidora do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, questionou Joana, sua colega, sobre os efeitos da publicação das decisões do Tribunal. Joana informou que: (I) em se tratando de contas regulares, constitui certificado de quitação parcial do responsável para com o erário; (II) em se tratando de contas regulares com ressalva, constitui certificado de quitação, condicionado ao cumprimento das determinações previstas na ordem jurídica; e (III) em se tratando de contas irregulares, constitui apenas obrigação de recolhimento do débito que foi imputado ao responsável.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que:

- (A) as informações I, II e III estão erradas;
- (B) as informações I, II e III estão certas;
- (C) apenas a informação III está certa;
- (D) apenas a informação II está certa;
- (E) apenas a informação I está certa.

**22**

O Tribunal de Contas do Estado Alfa recebeu, poucos meses após a sua últimação, o processo administrativo de concessão de aposentadoria a Ana, servidora do Poder Executivo estadual.

À luz da sistemática constitucional vigente, o Tribunal:

- (A) apenas deve tomar ciência da decisão;
- (B) pode registrar a decisão, ou não, mas não alterar o título de aposentadoria;
- (C) pode registrar a decisão, ou não, bem como alterar o título de aposentadoria;
- (D) pode anular a decisão e determinar que Ana retorne ao trabalho, não precisando ouvi-la;
- (E) pode anular a decisão e determinar que Ana retorne ao trabalho, devendo ouvi-la previamente.

**23**

Ana, ordenadora de despesas no Município Alfa, situado no Estado do Amazonas, vinha praticando uma gestão sabidamente temerária e prejudicial ao interesse público. Além de já ter causado danos ao erário, havia grande probabilidade de que viesse a causar outros danos. Existiam sólidos indícios desses fatos, devidamente comprovados em documentos em poder do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

Ao ser consultado sobre a possibilidade de o Tribunal de Contas determinar o afastamento de Ana, um Conselheiro respondeu, corretamente, que isto:

- (A) não é possível, em razão da autonomia política do Município Alfa;
- (B) não é possível, mas o Tribunal pode sugerir o afastamento, o que pode não ser acolhido pelo gestor;
- (C) somente é possível ao fim do processo administrativo, desde que haja requerimento do Ministério Público;
- (D) somente é possível ao fim da instrução processual, de ofício ou a requerimento de qualquer interessado;
- (E) pode ocorrer no início do processo administrativo, em caráter cautelar, de ofício ou a requerimento do Ministério Público.

**24**

O Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas concluiu a apreciação de uma tomada de contas especial e decidiu pela imputação de débito e pela aplicação de multa a um ordenador de despesas.

No caso descrito na narrativa, a fiscalização do cumprimento da referida decisão incumbe:

- (A) privativamente ao relator do processo;
- (B) ao auditor designado para atuar junto ao Tribunal Pleno;
- (C) a uma das Câmaras, nos termos estabelecidos pelo Tribunal Pleno;
- (D) ao Corregedor-Geral, sem prejuízo das atribuições do relator do processo;
- (E) ao Presidente do Tribunal de Contas, sem prejuízo da atuação da Secretaria de Controle Externo.

**25**

Antônio, Auditor do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, recebeu um processo, de contornos eminentemente consultivos, que tinha por objeto matéria de indagação contábil submetida ao Tribunal. O objetivo era que ele emitisse um parecer sobre a matéria.

À luz da sistemática regimental vigente, é correto afirmar, em relação ao parecer que se almeja que seja elaborado por Antônio, que:

- (A) a atribuição para emití-lo é da Secretaria de Controle Externo, não de Antônio;
- (B) a emissão do parecer é de atribuição de Antônio, podendo ser coletivo ou individual;
- (C) somente os órgãos de natureza não deliberativa podem emitir parecer, o que não é o caso do auditor;
- (D) em processos de natureza consultiva, o procedimento interno somente prevê a omissão de opinião pelo Tribunal Pleno;
- (E) é facultativo o parecer individual de Antônio, que pode contribuir para subsidiar a manifestação do Tribunal Pleno.

**26**

O Tribunal de Contas do Estado do Amazonas julgou regulares, com ressalva, as contas prestadas por determinado ordenador de despesas.

À luz da sistemática legal, a decisão assim proferida é considerada:

- (A) transitada em julgado;
- (B) terminativa;
- (C) preliminar;
- (D) apreciativa;
- (E) definitiva.

**27**

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas foi informado, por um assessor, que estavam concluídas as minutas dos relatórios trimestral e anual de suas atividades, que devem ser encaminhados à Assembleia Legislativa.

À luz da sistemática legal vigente, as informações do assessor estão:

- (A) corretas, já que o Presidente deve encaminhar, à Assembleia Legislativa, os referidos relatórios;
- (B) incorretas, pois o Presidente está obrigado a publicar os relatórios, não a encaminhá-los a outro órgão ou agente;
- (C) incorretas, pois o Presidente deve encaminhar os seus relatórios ao Tribunal Pleno, não à Assembleia Legislativa;
- (D) incorretas, pois o Presidente deve encaminhar os seus relatórios ao Governador do Estado, não à Assembleia Legislativa;
- (E) corretas, desde que a atribuição para encaminhar os relatórios à Assembleia Legislativa tenha sido delegada pelo Tribunal Pleno ao Presidente.

**28**

Maria, servidora do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, recebeu processos administrativos que tinham por objeto:

- I. a prestação de contas de um Prefeito Municipal do interior;
- II. a prestação de contas do Chefe do Poder Judiciário;
- III. a prestação de contas relativas a recursos financeiros repassados pelo Estado a Município mediante convênio.

Ao realizar o encaminhamento dos processos administrativos, Maria concluiu, corretamente, que a apreciação caberia:

- (A) a uma Câmara nos processos I, II e III;
- (B) ao Tribunal Pleno nos processos I, II e III;
- (C) ao Tribunal Pleno nos processos I e II, devendo o processo III ser direcionado a uma Câmara;
- (D) ao Tribunal Pleno no processo I, devendo os processos II e III serem direcionados a uma Câmara;
- (E) ao Tribunal Pleno no processo III, devendo os processos I e II serem direcionados a uma Câmara.

**29**

Por circunstâncias comprovadamente alheias à vontade de Pedro, que atuou como ordenador de despesas no Município Alfa, situado no Estado do Amazonas, as quais decorreram de caso fortuito, tornou-se materialmente impossível o julgamento de mérito das contas que apresentou.

Nesse caso, o Tribunal de Contas deve:

- (A) proceder à tomada de contas, de modo a obter as informações necessárias ao seu julgamento;
- (B) notificar Pedro para que proceda à regularização das contas, apresentando documentos complementares;
- (C) considerar as contas ilíquidas e determinar o seu trancamento, com o arquivamento do processo;
- (D) notificar Pedro para que firme declaração de regularidade, sujeitando-se às penas da lei na hipótese de falsidade;
- (E) reconhecer a existência de circunstância impeditiva de análise, publicando edital para ciência dos interessados.

**30**

Joana, servidora do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, foi designada para atuar na Secretaria de Controle Externo do Tribunal, para o desempenho de funções específicas de controle externo.

Em razão dessa designação, o acesso de Joana, em órgãos e entidades sujeitos à jurisdição do Tribunal de Contas do Estado, é:

- (A) condicionado à solicitação de auxílio por um auditor;
- (B) livre, decorrendo das prerrogativas do cargo que ocupa;
- (C) condicionado à determinação de diligências pelo Tribunal Pleno;
- (D) condicionado ao credenciamento pelo Presidente do Tribunal ou por agente delegado;
- (E) condicionado à prolação de decisão, por qualquer órgão deliberativo do Tribunal, que exija esse acesso.

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

**31**

Estabelecidos e disciplinados por normas constitucionais, infraconstitucionais e pela doutrina, os princípios orçamentários visam a estabelecer diretrizes norteadoras básicas para o processo orçamentário.

Nesse contexto, a destinação de recursos para atividades da administração tributária constitui uma exceção ao princípio do(a):

- (A) especificação;
- (B) exclusividade;
- (C) não afetação de receitas;
- (D) orçamento bruto;
- (E) universalidade.

**32**

Os valores expressos no quadro a seguir foram extraídos dos registros de movimentação de um ente público em um dado mês do último exercício financeiro.

Descrição	Valor
Cobrança de dívida ativa	R\$ 16.300,00
Depósitos em caução	R\$ 12.650,00
Fianças	R\$ 7.200,00
Operações de crédito internas	R\$ 50.000,00
Operações de crédito por antecipação de receita orçamentária	R\$ 14.900,00
Recursos de convênios não previstos no orçamento	R\$ 22.450,00
Royalties além do estimado do orçamento	R\$ 8.350,00

Considerando apenas as informações do quadro acima, as receitas extraorçamentárias do ente somam:

- (A) R\$ 34.750,00;
- (B) R\$ 73.500,00;
- (C) R\$ 84.750,00;
- (D) R\$ 107.200,00;
- (E) R\$ 131.850,00.

**33**

Ao final de um dado exercício, as receitas correntes de um estado da federação, para fins de apuração da Receita Corrente Líquida (RCL), somaram R\$ 14 bilhões.

Considere, além disso, as informações do quadro a seguir.

Contribuição para custeio das pensões militares	R\$ 22.500.000,00
Contribuições de empregadores e trabalhadores para Seguridade Social	R\$ 675.000.000,00
Contribuições dos servidores para custeio do sistema de previdência social	R\$ 450.000.000,00
Contribuições para o PIS/PASEP	R\$ 90.000.000,00
Dedução da receita para formação do FUNDEB	R\$ 270.000.000,00
Receitas de compensações financeiras entre regimes previdenciários	R\$ 67.500.000,00
Receitas intraorçamentárias	R\$ 180.000.000,00
Transferências constitucionais aos municípios	R\$ 1.800.000.000,00

De acordo com as orientações da LRF para apuração da Receita Corrente Líquida de entes estaduais, a RCL do ente no referido período soma:

- (A) R\$ 10.445.000.000,00;
- (B) R\$ 10.625.000.000,00;
- (C) R\$ 10.715.000.000,00;
- (D) R\$ 11.390.000.000,00;
- (E) R\$ 11.570.000.000,00.

**34**

Sob a perspectiva do orçamento, as receitas são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição. No entanto, nem sempre todos os ingressos orçamentários têm impacto positivo no patrimônio.

São um exemplo das chamadas receitas por mutação patrimonial:

- (A) rendimentos de aplicação financeira;
- (B) receitas de aluguéis de bens imóveis;
- (C) receitas de compensações financeiras;
- (D) receitas de transferências correntes;
- (E) receitas de alienação de bens imóveis.

**35**

A despesa pública é apresentada no orçamento sob diferentes critérios de classificação, com o objetivo de subsidiar o controle do processo orçamentário.

A classificação funcional da despesa pública:

- (A) apresenta a realização dos objetivos estratégicos definidos no Plano Plurianual;
- (B) está organizada em categoria econômica, grupo e elemento de despesa;
- (C) permite a consolidação nacional dos gastos do setor público, pois tem aplicação comum e obrigatória;
- (D) reflete a estrutura de alocação dos créditos orçamentários em níveis hierárquicos;
- (E) se desdobra em atividades, projetos ou operações especiais.

**36**

A despesa pública é processada em estágios legalmente definidos que permitem um acompanhamento minucioso do processo orçamentário.

O primeiro estágio da despesa pública conhecido como fixação:

- (A) é concluído com o processo de descentralizações interna e externa de créditos orçamentários;
- (B) é de competência exclusiva do Poder Executivo, a partir das demandas apresentadas pelas unidades orçamentárias;
- (C) não pode ser afetado por eventuais aberturas de créditos adicionais no decorrer da vigência do orçamento;
- (D) consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico, sendo limitado pelo volume de recursos disponíveis;
- (E) compreende a adoção de medidas em direção a uma situação idealizada, considerando os recursos disponíveis e as diretrizes e prioridades traçadas pelo governo.

**37**

O processo orçamentário no Brasil é revestido de formato legal, principalmente em decorrência dos chamados instrumentos de planejamento.

Um desses instrumentos é a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que tem entre os seus objetivos:

- (A) operacionalizar o planejamento estratégico do governo;
- (B) evidenciar as escolhas políticas de gestores na alocação de recursos;
- (C) estabelecer diretrizes relativas aos programas de duração continuada;
- (D) contribuir com parâmetros para o acompanhamento da gestão fiscal;
- (E) definir os objetivos das despesas de capital e outras delas decorrentes.

**38**

Alterações recentes na Constituição da República de 1988 em matéria orçamentária introduziram as chamadas emendas impositivas à Lei Orçamentária Anual.

A execução obrigatória de tais emendas no âmbito federal tem como base um percentual do montante:

- (A) da RCL prevista para o exercício corrente;
- (B) da RCL realizada no exercício anterior;
- (C) da RCL realizada no exercício anterior, corrigido pelo IPCA;
- (D) de emendas executadas no exercício anterior, corrigido pela variação da RCL;
- (E) de emendas executadas no exercício anterior, corrigido pelo IPCA.

**39**

Considere as informações a seguir relativas aos sete primeiros meses de execução orçamentária de um ente da federação no exercício de 2020.

Créditos adicionais extraordinários abertos no exercício	R\$ 1.180
Créditos adicionais transferidos do exercício anterior, com R\$ 1.200 de operações de crédito vinculadas	R\$ 2.600
Dotações orçamentárias anuladas	R\$ 1.370
Créditos adicionais especiais abertos no exercício	R\$ 1.500
Receitas arrecadadas além do previsto	R\$ 3.650
Tendência de queda na arrecadação até o final do exercício	R\$ 1.000

Considere ainda o quadro a seguir com informações extraídas do balanço patrimonial do exercício de 2019.

Ativo Financeiro	R\$ 9.200	Passivo Financeiro	R\$ 1.800,00
Ativo Permanente	R\$ 13.305	Passivo Permanente	R\$ 13.015,00

Se o gestor do ente necessitar abrir créditos adicionais suplementares, o valor disponível representa:

- (A) R\$ 6.140;
- (B) R\$ 7.340;
- (C) R\$ 7.640;
- (D) R\$ 8.840;
- (E) R\$ 13.620.

**40**

No caso de o Estado do Amazonas receber uma descentralização de créditos orçamentários da União, a aplicação do recurso:

- (A) deverá ser classificada como operações especiais;
- (B) poderá alterar a subfunção na classificação funcional;
- (C) poderá alterar apenas a estrutura programática;
- (D) será considerada como uma provisão;
- (E) será processada de acordo com os mesmos procedimentos das transferências voluntárias.

**CONTABILIDADE GERAL**

**41**

Na estrutura de apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) há uma série de gastos que devem ser classificados como despesas operacionais.

Um exemplo de item classificável nesse grupo é:

- (A) custo dos serviços prestados;
- (B) devoluções e abatimentos;
- (C) mão de obra operacional;
- (D) pesquisa e publicidade;
- (E) variações monetárias e cambiais.

**42**

Em um processo licitatório com cinco participantes, a empresa Alfa foi a vencedora. A empresa Beta, uma das outras participantes do processo, acionou judicialmente a empresa Alfa sob a alegação de que esta havia combinado preços com as demais concorrentes para vencer o certame. Além de solicitar o cancelamento do processo licitatório, a empresa Beta pleiteia uma indenização de R\$ 500 mil. O departamento jurídico da empresa Alfa considera que seja possível uma saída de recursos relativa a esse processo.

Considerando apenas essas informações e as disposições do Pronunciamento CPC 25, ao elaborar suas demonstrações contábeis ao final do exercício, a empresa Alfa:

- (A) deve aguardar o trânsito em julgado do processo para reconhecer a provisão;
- (B) deve divulgar a situação em nota explicativa, pois se trata de uma obrigação possível;
- (C) deve reconhecer uma provisão no valor de R\$ 500 mil, dada a probabilidade considerada no processo;
- (D) deve efetuar um depósito judicial no valor pleiteado e divulgar os efeitos;
- (E) não fará nenhuma divulgação em relação a essa situação, pois não se trata de uma obrigação provável.

**43**

A Cia. Gama é uma empresa que opera equipamentos pesados em suas atividades. Um dos principais equipamentos em operação foi adquirido em 01/01/2015 pelo valor de R\$ 2,5 milhões. Conforme especificações do fabricante e padrão de operação da Cia. Gama, foi estimada uma vida útil de 12 anos para o equipamento, com depreciação pelo método linear e valor residual de 4% do valor de aquisição. Ao completar o sexto ano de operação, a Cia. Gama revisou a vida útil e o valor residual do equipamento, em decorrência de alterações no padrão operacional, por meio de uma consultoria especializada. O laudo de revisão indicou uma vida útil restante de 8 anos, com valor residual reduzido para R\$ 80 mil.

Com essas mudanças de estimativas, o valor contábil líquido do equipamento ao completar 7 anos de operação será de:

- (A) R\$ 1.220.000;
- (B) R\$ 1.147.500;
- (C) R\$ 1.067.500;
- (D) R\$ 1.060.000;
- (E) R\$ 980.000.

**44**

De acordo com o Pronunciamento CPC 24, eventos subsequentes ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis incluem todos os eventos ocorridos até a data em que é concedida a autorização para a emissão das demonstrações contábeis. Alguns desses eventos originarão ajustes nas demonstrações contábeis, mas outros não.

Um exemplo de evento subsequente ocorrido após o final do período contábil a que se referem as demonstrações contábeis e que não gera ajuste é:

- (A) falência de cliente;
- (B) declínio do valor justo de investimentos;
- (C) decisão ou pagamento em processo judicial;
- (D) determinação do valor referente ao pagamento obrigatório de participação nos lucros;
- (E) obtenção de informação que indique que um ativo estava desvalorizado ao final daquele período contábil.

**45**

Em matéria de análise das demonstrações contábeis, os índices de liquidez refletem a capacidade de pagamento de uma entidade em relação às suas obrigações.

Um dos índices de liquidez mais restritivos é o que apura a liquidez seca, pois:

- (A) considera apenas as disponibilidades;
- (B) considera o ativo realizável em longo prazo;
- (C) considera obrigações de curto e longo prazo;
- (D) exclui do cálculo o valor dos estoques;
- (E) exclui do cálculo o valor dos recebíveis.

## CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

**46**

Com a convergência aos padrões internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, alguns conceitos mais associados a disposições legais têm se aproximado da Teoria da Contabilidade. O conceito de Ativo, por exemplo, está associado à ideia de controle de um recurso.

Considerando o escopo desse conceito, é correto afirmar que:

- (A) a capacidade de negar ou restringir o acesso a um recurso não é um indicador de controle;
- (B) a propriedade legal do recurso não é um indicador de controle;
- (C) a propriedade legal do recurso não é uma característica essencial de um ativo;
- (D) o recebimento de fluxos de caixa é uma característica essencial para definir um ativo;
- (E) o direcionamento de um recurso para o cumprimento dos objetivos da entidade é uma característica essencial para definir um ativo.

**47**

O registro patrimonial da contratação de uma operação de crédito por uma entidade pública implica um lançamento:

- (A) a crédito na conta Receita a Realizar;
- (B) a crédito na conta Receita Realizada;
- (C) a débito na conta Crédito Disponível;
- (D) a débito na conta Empréstimos a pagar;
- (E) a débito na conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

**48**

Um dos critérios de mensuração de estoques abordados no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) é o valor realizável líquido.

Esse critério de mensuração:

- (A) apura o custo em que a entidade incorreria para adquirir o mesmo ativo na data da demonstração contábil;
- (B) deve ser aplicado a estoques adquiridos por meio de transação sem contraprestação;
- (C) equivale ao valor justo deduzido dos gastos necessários para vender;
- (D) implica a dedução dos custos estimados de venda, troca ou distribuição;
- (E) reflete a quantia pela qual o estoque pode ser trocado entre compradores e vendedores bem informados e dispostos.

**49**

No final do exercício financeiro de 2019, o governo de um Estado da Federação, após aprovação legislativa, extinguiu um órgão da sua estrutura administrativa. O pessoal lotado no órgão foi remanejado para outras entidades, e o imóvel onde funcionava o órgão extinto será alugado a uma entidade privada. A prática contábil adotada pelo governo do ente para avaliação de propriedades para investimento é o modelo do custo. O valor contábil líquido do imóvel ao final daquele exercício era R\$ 480.000,00.

Para fins de evidenciação nas demonstrações contábeis do ente, o imóvel em questão deverá ser:

- (A) mantido no Ativo Imobilizado, no grupo Bens Imóveis, após teste de redução ao valor recuperável;
- (B) mantido no Ativo Imobilizado, no grupo Bens Imóveis, sem alteração em seu valor;
- (C) reclassificado para estoque, a valor justo na data da alteração de uso;
- (D) reclassificado para propriedade para investimento pelo seu valor justo;
- (E) reclassificado para propriedade para investimento, sem alteração em seu valor.

**50**

Para fins de elaboração do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RCL), que compõe o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) dos entes estaduais, os valores das transferências da União relativas às emendas impositivas individuais e de bancada devem ser:

- (A) excluídos do cálculo da RCL para fins de limites da despesa com pessoal;
- (B) excluídos do cálculo da RCL para fins de limites de endividamento;
- (C) excluídos do cálculo da RCL para fins de limites da despesa com pessoal e de endividamento;
- (D) incluídos no cálculo da RCL para fins de limites da despesa com pessoal;
- (E) incluídos no cálculo da RCL para fins de limites de endividamento.

## AUDITORIA E CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**51**

A atividade de auditoria interna compreende exames e análises que objetivam assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.

Em relação às peculiaridades dessa atividade, é correto afirmar que:

- (A) a análise dos riscos deve ser feita ao concluir os procedimentos de auditoria;
- (B) é facultada a documentação por meio de papéis de trabalho;
- (C) não é comumente exercida nas pessoas jurídicas de direito público externo;
- (D) quaisquer indícios de irregularidades devem ser informados à administração da entidade de maneira reservada;
- (E) trabalhos anteriores devem ser desconsiderados, sob pena de afetar a isonomia dos procedimentos.

**52**

Ao apresentar um relatório com os resultados de um trabalho de auditoria interna, um auditor precisou revisar três vezes o relatório em decorrência de erros detectados, o que acabou atrasando a conclusão de um projeto relacionado ao objeto da auditoria.

Nessa situação, os requisitos de qualidade das comunicações dos trabalhos de auditoria afetados foram:

- (A) clareza e concisão;
- (B) clareza e tempestividade;
- (C) concisão e completude;
- (D) precisão e completude;
- (E) precisão e tempestividade.

**53**

Os procedimentos adotados em um ente público estadual para garantir que os recursos recebidos de um convênio com a União sejam aplicados ao objeto do termo de convênio estão intrinsecamente associados à seguinte finalidade do controle interno:

- (A) inibição da corrupção;
- (B) obediência às políticas traçadas;
- (C) promoção da eficiência operacional da entidade;
- (D) proteção dos ativos;
- (E) segurança quanto ao ato praticado.

**54**

Os atos de improbidade administrativa estão associados a condutas inadequadas, praticadas por agentes públicos ou outros envolvidos, que causem danos à administração pública. Nos termos da Lei Federal nº 8.429/1992, tais atos podem ser os que geram enriquecimento ilícito, que causam prejuízo ao erário ou que violam os princípios da administração pública.

Um exemplo de ato que viola os princípios da administração pública é:

- (A) agir negligentemente no que diz respeito à conservação do patrimônio público;
- (B) liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes;
- (C) ordenar a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;
- (D) perceber vantagem econômica para intermediar a aplicação de verba pública de qualquer natureza;
- (E) revelar a terceiros, antes da divulgação oficial, informação de medida econômica capaz de afetar o preço de um bem.

**55**

A Secretaria de Fazenda de um Estado da Federação mantém um volume significativo de informações sensíveis armazenado em seus sistemas informatizados. Porém, há indícios de que os controles de tecnologia da informação (TI) têm sido negligenciados, resultando em diversas deficiências no controle de TI.

Tendo em vista a salvaguarda dos ativos do ente, procedimentos de revisão periódica dos registros de tentativas de acessos e comandos (não autorizados), com comunicação dos resultados ao gestor competente, podem ser associados ao seguinte componente do controle interno:

- (A) ambiente de controle;
- (B) avaliação de risco;
- (C) atividades de controle;
- (D) atividades de monitoramento;
- (E) informação e comunicação.

**56**

Um relatório de auditoria em que o auditor pode expressar uma opinião se o objeto está em conformidade, em todos os aspectos relevantes, com os critérios estabelecidos é emitido em trabalhos de:

- (A) asseguarção limitada;
- (B) certificação;
- (C) monitoramento;
- (D) relatório direto;
- (E) revisão analítica.

**57**

Ao determinar a extensão de um teste de auditoria, o auditor pode empregar técnicas de amostragem. Existem fatores que influenciam o tamanho da amostra, provocando efeitos diversos.

Um aumento na taxa esperada de desvio da população a ser testada é um fator cujo efeito é:

- (A) aumento do tamanho da amostra para testes de controles;
- (B) redução do tamanho da amostra para testes de controles;
- (C) redução do tamanho da amostra para testes de detalhes;
- (D) negligenciável para testes de controles;
- (E) negligenciável para testes de detalhes.

**58**

Em um trabalho de auditoria, quando um auditor precisa obter razoável segurança do efetivo cumprimento dos procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração, ele deve programar a realização de:

- (A) atividades de monitoramento;
- (B) correlação das informações;
- (C) procedimentos de revisão analítica;
- (D) testes de observância;
- (E) testes substantivos.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

59

A Lei nº XX/1987, do Estado Beta, embora seja francamente colidente com diversos comandos da Constituição da República de 1988, vem sendo regularmente aplicada pelas autoridades estaduais, daí decorrendo severas restrições à esfera jurídica dos administrados.

Em razão desse estado de coisas, o Partido Político Alfa solicitou à sua assessoria jurídica que analisasse a possibilidade de submeter o referido diploma normativo ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

A assessoria respondeu, corretamente, que tal poderia ser feito com o uso:

- (A) da arguição de descumprimento de preceito fundamental;
- (B) da representação de inconstitucionalidade;
- (C) da ação direta de inconstitucionalidade;
- (D) da reclamação constitucional;
- (E) do recurso extraordinário.

60

Antônio, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, elaborou a prestação de contas de gestão, correspondentes ao exercício financeiro pretérito, e as encaminhou ao Tribunal de Contas.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o Tribunal de Contas, preenchidos os requisitos exigidos pela ordem jurídica, deve:

- (A) limitar-se a apresentar parecer prévio sobre as contas;
- (B) julgar as contas e, reprovando-as, realizar, apenas, a imputação de débito ou aplicar a sanção de multa;
- (C) julgar as contas e, reprovando-as, realizar a imputação de débito e aplicar multa ou outras sanções, se for o caso;
- (D) julgar as contas e, reprovando-as, encaminhar os autos ao órgão competente para a aplicação das sanções cabíveis;
- (E) julgar as contas e, reprovando-as, realizar a imputação de débito, se for o caso, vedada a aplicação de outra sanção.

61

Em razão do aumento da alíquota do imposto sobre serviços de qualquer natureza, centenas de contribuintes ajuizaram ações individuais em face do Município Alfa, buscando eximir-se da obrigação de pagar o tributo nos moldes assim estabelecidos, por entenderem que o referido aumento era inconstitucional. Em algumas dessas demandas, foram proferidas decisões reconhecendo a constitucionalidade do aumento da alíquota. Considerando esse estado de coisas, o Município decidiu propor a edição de súmula vinculante, na qual fosse reconhecida a validade do aumento da alíquota.

À luz da ordem jurídica vigente, o Município Alfa, atendidos os demais requisitos legais exigidos:

- (A) não tem legitimidade para propor a edição da súmula vinculante;
- (B) tem legitimidade para o ato, devendo fazê-lo em ação autônoma, não sendo suspensos os processos em que seja parte;
- (C) tem legitimidade para o ato, devendo fazê-lo em ação autônoma, ficando suspensos os processos em que seja parte;
- (D) tem legitimidade para o ato, devendo fazê-lo, de modo incidental, no curso de processo em que seja parte, o qual será suspenso;
- (E) tem legitimidade para o ato, devendo fazê-lo, de modo incidental, no curso de processo em que seja parte, o qual não será suspenso.

62

O Município Beta, apesar de ter sido regularmente intimado, deixou de cumprir inúmeras ordens judiciais sem que houvesse qualquer justificativa para esse proceder, que não a ausência de vontade política em cumpri-las.

Nesse caso, para que o Estado possa intervir no referido Município, é necessário:

- (A) provimento de representação pelo Tribunal de Justiça, edição do decreto de intervenção e sua apreciação pela Assembleia Legislativa;
- (B) representação do Tribunal de Justiça, edição do decreto de intervenção e sua apreciação pela Assembleia Legislativa;
- (C) provimento de representação pelo Tribunal de Justiça e edição do decreto de intervenção;
- (D) deliberação da Assembleia Legislativa e edição do decreto de intervenção;
- (E) representação do Tribunal de Justiça e edição do decreto de intervenção.

**63**

João, ao assumir o Ministério ZZ, questionou sua assessoria a respeito das atribuições que, por imposição constitucional, teria em relação ao Presidente da República. Em resposta, João foi informado de que deveria: (I) referendar atos e decretos assinados pelo Chefe do Poder Executivo; (II) apresentar relatório anual; (III) praticar atos concernentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas; e (IV) conferir condecorações e distinções honoríficas.

À luz da sistemática constitucional, estão corretas as atribuições referidas em:

- (A) I, II, III e IV;
- (B) II, III e IV;
- (C) I, II e III;
- (D) I e IV;
- (E) I e II.

**64**

Maria, importante líder popular do Estado do Amazonas, deliberou, juntamente com o grupo que a apoiava, que enviaria esforços para apresentar uma proposição legislativa, de modo a deflagrar um processo legislativo de iniciativa popular.

Após a análise da Constituição do Estado do Amazonas, o grupo concluiu, corretamente, que essa iniciativa poderia dizer respeito a:

- (A) leis ordinárias;
- (B) leis delegadas e leis ordinárias;
- (C) leis complementares e leis ordinárias;
- (D) emendas constitucionais, leis complementares e leis ordinárias;
- (E) emendas constitucionais, leis complementares, leis ordinárias e leis delegadas.

**65**

O Governador do Estado Alfa, buscando encontrar uma solução para a grave crise sanitária que assolava esse ente federativo, consultou sua assessoria sobre a possibilidade de ser criado um novo imposto estadual, o que acarretaria o aumento da arrecadação.

A assessoria respondeu, corretamente, que o Estado:

- (A) não pode criar o imposto, já que não dispõe de competência tributária residual;
- (B) pode criar o imposto, desde que não tenha fato gerador próprio dos impostos já existentes;
- (C) pode criar o imposto, desde que não seja cumulativo e tal seja feito por meio de lei complementar;
- (D) não pode criar o imposto, ressalvada a existência de autorização da União, veiculada em lei complementar;
- (E) pode criar o imposto, via lei complementar, sendo não cumulativo e com fato gerador distinto dos outros impostos.

**66**

O Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional o projeto de lei orçamentária anual. No curso das discussões, foram aprovadas emendas individuais a esse projeto, que terminou por ser convertido em lei, sem qualquer veto presidencial.

À luz da sistemática constitucional, a execução da programação orçamentária aprovada a partir das referidas emendas parlamentares:

- (A) está sujeita à discricionariedade do Chefe do Poder Executivo em relação à ordenação de despesas;
- (B) é obrigatória, qualquer que seja o montante, sendo que metade desse valor deve ser destinada à área de educação;
- (C) é obrigatória, observado o limite de 5% da receita corrente líquida do exercício anterior, sendo que metade desse valor deve ser destinada a programas habitacionais;
- (D) é obrigatória, observado o percentual constitucional, incidente sobre a receita corrente líquida do exercício anterior, e metade do valor será destinada à área de saúde;
- (E) é obrigatória, observado o limite de 2% da receita corrente líquida do exercício anterior, sendo que metade desse valor será destinada a programas de combate à fome e à miséria.

**67**

Joana, vereadora do Município Alfa, situado na região sul do país, viajou a Brasília em missão oficial. Em visita ao Congresso Nacional, fez um duro pronunciamento contra a gestão do Prefeito Municipal, qualificando-o com adjetivos que seriam conceitualmente enquadrados sob a epígrafe dos crimes contra a honra.

Ao tomar conhecimento das palavras de Joana, o Prefeito Municipal consultou o seu advogado sobre a possibilidade de responsabilizá-la, sendo informado, corretamente, de que a referida vereadora:

- (A) pode ser responsabilizada por suas palavras e opiniões, salvo se o objetivo da missão oficial fosse o de criticar a gestão do Prefeito Municipal;
- (B) não pode ser responsabilizada, em nenhuma hipótese, por suas palavras e opiniões, desde que relacionadas ao exercício do mandato;
- (C) não pode ser responsabilizada, em nenhuma hipótese, por suas palavras e opiniões, relacionadas, ou não, ao exercício do mandato;
- (D) pode ser responsabilizada por suas palavras e opiniões, sempre que identificada a sua dissonância da juridicidade;
- (E) pode ser responsabilizada por suas palavras e opiniões, nas circunstâncias indicadas na narrativa.

**68**

Lucas, estudioso do direito constitucional, chegou à conclusão de que o texto constitucional pode sofrer mudanças de significado ainda que não seja objeto de qualquer alteração formal. Essas alterações, delineadas a partir de atividade intelectual conduzida pelo intérprete, sob influência das modificações na realidade sociopolítica, não importariam em usurpação de uma função própria do Poder Constituinte originário.

À luz da compreensão contemporânea a respeito da interpretação constitucional, a argumentação de Lucas é:

- (A) incorreta, pois o texto e a norma constitucional apresentam uma relação de sobreposição, o que impede a alteração da última sem a realização de modificações no primeiro;
- (B) correta, já que o texto e a norma constitucional não apresentam uma relação de sobreposição, sendo esta última delineada a partir da interação entre o primeiro e a realidade;
- (C) correta, já que a norma pode se distanciar da sobreposição com o texto caso seja identificada uma situação de nulidade parcial deste último;
- (D) incorreta, já que a interpretação constitucional é realizada *in abstracto*, dissociada da realidade subjacente ao momento de aplicação da norma;
- (E) incorreta, já que o objetivo do intérprete é descobrir o significado imanente do texto constitucional.

## DIREITO ADMINISTRATIVO E TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**69**

A Lei Complementar Estadual do Amazonas nº 06/1991 estatui normas gerais para elaboração de orçamentos, balanços gerais, balancetes mensais aplicáveis aos municípios e estabelece competência ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Amazonas quanto ao auxílio ao exercício do controle externo das contas municipais.

De acordo com o citado diploma legal, o orçamento:

- (A) não poderá conter autorização para a abertura de crédito adicional suplementar até determinado limite e para a realização de créditos vinculados a obras e serviços;
- (B) decorrerá de anteprojeto de lei de orçamento que será apresentado ao Tribunal de Contas para revisão e discussão até o dia 30 de outubro de cada ano;
- (C) poderá conter matéria estranha à previsão da receita e à fixação dos gastos, exceto autorização para a abertura de crédito adicional suplementar até determinado limite;
- (D) será elaborado sob forma de Orçamento por Programa e evidenciará o programa de trabalho do Governo Municipal, sempre que esteja correlacionado com objetivos e metas quantificadas;
- (E) será acompanhado de demonstração do efeito, sobre as receitas e despesas, exceto as decorrentes de isenções, anistias, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

**70**

De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (Resolução nº 04/2002), a Secretaria de Controle Externo, subordinada diretamente ao Presidente, na execução das atividades de controle externo a cargo do Tribunal, tem atribuição de:

- (A) relatar os processos administrativos referentes a deveres e disciplina dos Conselheiros, Auditores e servidores do Tribunal;
- (B) supervisionar, juntamente com o Procurador-Geral, a edição da Revista do Tribunal de Contas e do Ministério Público de Contas;
- (C) assistir e assessorar o Presidente, os Conselheiros, os Auditores e os Procuradores de Contas no exercício de suas funções, diretamente ou por intermédio de suas unidades internas;
- (D) submeter ao Tribunal Pleno as propostas que o Tribunal deva encaminhar ao Poder Executivo, referentes aos projetos de leis relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual, observada a legislação pertinente;
- (E) determinar a devolução ao Conselheiro Relator para as providências cabíveis, mediante despacho, de processo referente ao recolhimento de débito, de multa ou de realização de diligência.

**71**

A Lei nº 11.079/2004 prevê que parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

De acordo com a mencionada lei, é vedada a celebração de contrato de parceria público-privada:

- (A) cujo valor do contrato seja superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (B) cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (C) cujo período de prestação do serviço seja inferior a 10 (dez) anos;
- (D) em que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens;
- (E) que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

**72**

No ano de 2020, o Município Alfa no Estado do Amazonas contratou, sem prévia licitação, sociedade empresária de notória especialização para prestação de serviços técnicos de assessoria e consultoria técnica e auditoria financeira, de natureza singular. O corpo instrutivo do Tribunal de Contas do Estado verificou que a contratação realizada teve valor total de duzentos mil reais e atendeu ao princípio da economicidade.

No caso em tela, de acordo com a Lei nº 8.666/1993, em tese, a contratação é:

- (A) legal, caso tenha sido realizada com dispensa de licitação, por expressa previsão legal;
- (B) legal, caso tenha sido realizada com inexigibilidade de licitação, por expressa previsão legal;
- (C) ilegal, pois deveria ter sido precedida de licitação, na modalidade concorrência, pelo valor estimado do contrato;
- (D) ilegal, pois deveria ter sido precedida de licitação, na modalidade convite, pelo valor estimado do contrato;
- (E) ilegal, pois deveria ter sido precedida de licitação, na modalidade tomada de preços, pelo valor estimado do contrato.

**73**

Os procedimentos licitatórios devem observar os princípios expressos e implícitos da Administração Pública.

Além disso, a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) trouxe princípios que devem ser aplicados de forma direta às licitações públicas, como o princípio:

- (A) da segregação de funções, com a separação das competências e das atividades de cada servidor ao longo do procedimento licitatório e de suas fases, para evitar equívocos, fraudes e utilização irregular de verba pública;
- (B) da vinculação ao edital, que estabelece normas que obrigam os interessados em participar da licitação, mas não a Administração Pública, que tem discricionariedade para alterar o edital, a qualquer tempo;
- (C) do julgamento objetivo, devendo a Administração contratante julgar e escolher o vencedor de acordo com o critério previsto no edital, que não pode, em qualquer hipótese, indicar modelo ou marca;
- (D) da vedação ao sigilo da proposta, segundo o qual todas as propostas feitas pelos interessados devem ser imediatamente publicadas, sob pena de nulidade do certame e realização de nova licitação;
- (E) do planejamento, que estabelece que os procedimentos licitatórios devem estar compatíveis com o planejamento estratégico do órgão contratante e ser previamente autorizados pelos órgãos de controle interno e externo.

**74**

O Estado do Amazonas foi condenado a indenizar a contribuinte Maria, que sofreu danos materiais decorrentes de ato ilícito praticado, no exercício da função, pelo Auditor Fiscal de tributos estaduais Antônio. A Procuradoria Geral do Estado pretende ingressar com ação de regresso em face do Auditor Antônio, visando ao ressarcimento do prejuízo causado ao Estado.

De acordo com o texto constitucional e com a doutrina de Direito Administrativo, a ação indenizatória ajuizada por Maria contra o Estado está lastreada na responsabilidade civil:

- (A) objetiva, assim como a ação regressiva do Estado contra o Auditor Antônio, não havendo que se perquirir acerca do dolo ou culpa do agente, eis que ambos os processos têm os mesmos fatos como causa de pedir;
- (B) subjetiva, assim como a ação regressiva do Estado contra o Auditor Antônio, havendo que se comprovar a existência do dolo ou culpa do agente, eis que ambos os processos têm os mesmos fatos como causa de pedir;
- (C) subjetiva do ente público, em que há necessidade de se demonstrar o dolo ou culpa do Auditor Antônio, mas é inviável a ação de regresso do Estado contra o agente público, pois agiu no exercício das funções, exceto se tiver cometido algum crime;
- (D) subjetiva do ente público, em que não há necessidade de se demonstrar o dolo ou culpa do Auditor Antônio, mas a ação de regresso do Estado contra o agente público está baseada na responsabilidade civil objetiva, sendo imprescindível a demonstração do elemento subjetivo do agente;
- (E) objetiva do ente público, em que não há necessidade de se demonstrar o dolo ou culpa do Auditor Antônio, mas a ação de regresso do Estado contra o agente público está baseada na responsabilidade civil subjetiva, sendo imprescindível a demonstração do elemento subjetivo do agente.

**75**

João, Auditor Técnico de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, deixou de praticar, indevidamente, ato de ofício, na medida em que, dolosamente, ignorando determinação exarada pelo Presidente da Corte, deixou de fazer publicar no Diário Oficial determinado ato administrativo, negando publicidade aos atos oficiais.

Consoante dispõe a Lei nº 8.429/1992, em tese, João:

- (A) não praticou ato de improbidade administrativa, pois se trata de conduta omissiva, que apresenta repercussão nas esferas criminal e administrativa;
- (B) não praticou ato de improbidade administrativa, pois não houve dano ao erário, mas deve ser responsabilizado nas esferas funcional e penal;
- (C) praticou ato de improbidade administrativa, razão pela qual está sujeito a sanções, como cassação dos direitos políticos e pagamento de multa civil de até cem vezes o valor de sua remuneração;
- (D) praticou ato de improbidade administrativa, razão pela qual está sujeito a sanções, como perda da função pública e suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos;
- (E) praticou ato de improbidade administrativa, razão pela qual está sujeito a sanções, como pagamento de multa penal de até vinte salários mínimos e proibição de contratar com o poder público pelo prazo de três anos.

**76**

A Secretaria de Segurança Pública do Amazonas considerou imprescindíveis à segurança da sociedade as informações constantes em um relatório de inteligência sobre organizações criminosas que atuam no Estado, de maneira que sua divulgação ou acesso irrestrito poderia comprometer atividades de inteligência, bem como de investigações em andamento, relacionadas com a prevenção e repressão de infrações. Com base na Lei de Acesso à Informação, observado o interesse público da informação e utilizados os critérios menos restritivos possíveis, o mencionado relatório foi classificado quanto ao grau de sigilo como informação reservada.

De acordo com a Lei Federal nº 12.527/2011, o prazo máximo de restrição de acesso a tal informação reservada é de:

- (A) um ano e, transcorrido esse prazo ou consumado o evento que definiu o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público;
- (B) três anos e, transcorrido esse prazo ou consumado o evento que definiu o seu termo final, o órgão público fará nova análise sobre a conveniência de liberação da informação a acesso público;
- (C) cinco anos e, transcorrido esse prazo ou consumado o evento que definiu o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público;
- (D) quinze anos e, transcorrido esse prazo ou consumado o evento que definiu o seu termo final, o órgão público fará nova análise sobre a conveniência de liberação da informação a acesso público;
- (E) vinte e cinco anos e, transcorrido esse prazo ou consumado o evento que definiu o seu termo final, o órgão público fará nova análise sobre a conveniência de liberação da informação a acesso público.

**77**

O Estado Alfa foi instado pelo Tribunal de Contas estadual a incrementar ações visando à maior transparência em sua gestão.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, essa transparência almejada será assegurada também mediante:

- (A) disponibilização a qualquer pessoa física ou jurídica do acesso a informações referentes ao lançamento e ao recebimento de toda a receita das unidades gestoras, exceto referentes a recursos extraordinários;
- (B) liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;
- (C) publicidade das contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo, que ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no site do Tribunal de Justiça estadual e no órgão técnico responsável pela sua elaboração;
- (D) adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade utilizado pelo Poder Judiciário local, que será o parâmetro em nível estadual;
- (E) incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, com periodicidade mensal, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

**78**

A Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

De acordo com tal lei, o tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer sem o fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para, por exemplo:

- (A) cumprimento de obrigação contratual referente a negócio jurídico, desde que o valor global seja superior a cem salários mínimos;
- (B) realização de estudos científicos por órgão de pesquisa, vedada a anonimização dos dados pessoais sensíveis para a lisura do resultado empírico;
- (C) comunicação ou uso compartilhado entre controladores com o objetivo de obter vantagem econômica, que não poderá ser objeto de vedação por parte da autoridade competente;
- (D) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos;
- (E) proteção da vida ou da incolumidade física do titular, e não de terceiro, por estar relacionado a direito fundamental próprio, cuja tutela deve ser a mais ampla possível.

**79**

Entre os instrumentos de transparência fiscal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei Complementar nº 131/2009, há itens que precisam ser divulgados em até trinta dias após o final do período a que se referem.

Um desses itens se relaciona:

- (A) às prestações de contas;
- (B) ao calendário de audiências públicas;
- (C) ao parecer prévio emitido pelo tribunal de contas;
- (D) ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária;
- (E) aos planos e orçamentos.

**80**

Assegurar o direito fundamental de acesso à informação se inclui entre as boas práticas de transparência no setor público, baseadas em princípios e diretrizes que orientam as legislações sobre o tema.

Uma diretriz discrepante das boas práticas de transparência no setor público é:

- (A) desenvolvimento do controle social da administração pública;
- (B) divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- (C) identificação adequada dos solicitantes de informações, mediante justificativa;
- (D) observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- (E) utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

